

ELEMENTOS SIMBÓLICOS DA ESTRUTURA CORONELÍSTICA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS A PARTIR DAS OBSERVAÇÕES DE JOÃO LISBOA

SYMBOLIC ELEMENTS OF THE CORONELISTIC STRUCTURE IN THE MUNICIPAL ELECTIONS FROM THE OBSERVATIONS OF JOÃO LISBOA

Felipe Laurêncio de Freitas Alves^{1*}

Paulo Fernando Soares Pereira^{2**}

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, a partir das observações do escritor João Francisco Lisboa, a forma como se constroem os elementos paternalísticos na relação coronel-roceiro, instrumentos de persistência do coronelismo nas eleições municipais do país. Trata-se de revisão crítica de literatura, ou seja, revisão bibliográfica dos principais autores que tradicionalmente tratam do coronelismo, com ênfase, principalmente, nas observações de João Francisco Lisboa, sem ignorar, por outro lado, o arcabouço sociológico de pensadores como Max Weber e Pierre Bourdieu a respeito das estruturas de poder político.

ABSTRACT

This article aims to analyze, from the observations of the writer João Francisco Lisboa, the way by which was built the paternalistic elements in the "coronel-roceiro" relationship, instruments of persistence of the coronelism in the municipal elections of the country. It is a critical literature review, that is, a bibliographical review of the main authors who traditionally deal with coronelism, with emphasis, mainly, on the observations of João Francisco Lisboa, without ignoring, on the other hand, the sociological framework of thinkers such as Max Weber and Pierre Bourdieu about the structures of political power.

PALAVRAS-CHAVE

Paixão Política. Coronelismo. Eleições Municipais.

KEYWORDS

Political Passion. Coronelism. Municipal Elections.

SUMÁRIO

Introdução. 1. Estrutura coronelística no sertão nordestino, uma delimitação conceitual. 2. Poder simbólico dos elementos sentimentais do coronelismo. Considerações finais. Referências.

REFERÊNCIA: ALVES, Felipe Laurêncio de Freitas. PEREIRA, Paulo Fernando Soares. Elementos simbólicos da estrutura coronelística nas eleições municipais a partir das observações de João Lisboa. *Res Severa Verum Gaudium*, v. 4, n. 2, Porto Alegre, p. 22-39, dez. 2019.

INTRODUÇÃO

* ^{1*} Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. É estagiário de Direito na Procuradoria da Dívida Ativa do Estado do Maranhão (PGE/MA) e pesquisador no Grupo de Pesquisa e Extensão em Ciências Criminais da Universidade Federal do Maranhão (NUPECC/UFMA).

** ^{2**} Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UnB, pela linha Constituição e Democracia. Desenvolve pesquisa a respeito da formulação de políticas patrimoniais voltadas para as comunidades quilombolas. Pesquisa, atualmente, Direito das relações raciais, racismo institucional e cultural, patrimonialização e reconhecimento de patrimônios subalternizados pelo Estado-Nação. Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2014). Procurador Federal na Advocacia Geral da União – AGU.

O problema da corrupção, nos últimos anos, tem ocupado um significativo espaço da agenda política, econômica, social e jurídica brasileira. Entender tal fenômeno vai muito além de enxergá-lo como uma questão recente ou algo ligado a determinados partidos ou grupos políticos, mas buscar a compreensão histórica de como se formou o próprio processo eleitoral brasileiro e as relações entre aqueles que costumam dominar os processos político-decisórios e os cidadãos encarregados de elegê-los. Compreender a forma como se deu a formação dessa relação entre eleitos e eleitores, a partir da literatura política, é um dos objetivos deste artigo.

Com o fito de continuar no poder, os chefes eleitos usarão uma pequena parte das receitas para atender algumas demandas da população, quer pela distribuição de renda, quer pela execução de uma ou outra obra etc. Isto gerará uma espécie de gratidão eterna do eleitorado, em estrutura bem próxima do *paternalismo*, um dos elementos do coronelismo, o qual este artigo se propõe a investigar.

Nos municípios brasileiros, em especial nos mais distantes do poder central, à época do Brasil Império, o coronelismo, como mais adiante se demonstrará, desenvolveu-se nos moldes do *paternalismo*, do *assistencialismo*, do *patrimonialismo* e do *mandonismo* próprios do fortalecimento do poder local que ali se constituiu (LEAL, 1975; QUEIROZ, 1976). O sujeito interiorano menos abastado, nesse cenário, em virtude de suas dificuldades econômicas, era obrigado a manter um vínculo de dependência com o coronel, como se verá mais adiante.

Apesar de se pensar que o coronelismo, mais difundido nos municípios rurais dos interiores dos estados, teria fim com a urbanização destes, o sistema coronelístico resistiu ao tempo e apenas mudou de roupagem. A estrutura de poder própria desse sistema continua a existir em muitas cidades brasileiras e, por isso, merecerá destaque neste trabalho o seguinte problema de pesquisa, ao qual se buscou responder: como os elementos simbólicos da relação de poder entre os coronéis e seus subordinados se desenvolveram nas eleições municipais brasileiras em tempos mais recentes?

Abordar a temática envolve explorar um assunto incômodo, porquanto revela a indiferença dos cidadãos à resolução desse problema. Com esse estudo, pretende-se fazer um panorama desta situação, a partir do trato de uma situação bem específica da vida política municipal, a saber, a relação de poder entre os políticos e os votantes.

Ora, o período eleitoral diz respeito a um momento melindroso da vida civil dos cidadãos, porque vencer é questão de honra não só para o candidato, mas para todos que o apoiam. Trata-se, sobretudo, como na teoria bourdiana, da luta pelos critérios de avaliação legítima, em que o valor da pessoa enquanto reduzida à sua identidade social é o que está em jogo (BOURDIEU, 1989, p. 176).

A pesquisa desenvolvida teve por objetivo geral analisar a forma como se constroem os *elementos paternalísticos* na relação coronel-roceiro, instrumentos de persistência do coronelismo nas eleições municipais do país. E por objetivos específicos: explicar como se deu a formação do coronelismo nos municípios do interior dos estados brasileiros, discutindo o surgimento do *paternalismo* e do *assistencialismo*, e, por fim, apresentar a noção de *poder simbólico* como o vínculo que liga diretamente os sujeitos das relações típicas do coronelismo.

Para tanto, utilizou-se uma abordagem qualitativa, com revisão crítica de literatura dos principais autores que tratam do coronelismo, sua formação, formas de aparecimento e consequências, além do arcabouço sociológico de Max Weber (2010) e Pierre Bourdieu (1989) sobre as estruturas de poder político. Decidiu-se, então, nestes termos, por uma pesquisa teórica do tipo explicativa.

Explica-se que a denominação a ser utilizada neste trabalho será unicamente *coronelismo*, como crítica ao que alguns pesquisadores estão chamando de *neo-coronelismo*.³ Esta escolha terminológica não é de todo sem importância, pois passar a denominar de *neocoronelismo* um fenômeno do passado que ainda não foi muito bem resolvido no contexto político de diversos municípios significa acreditar que as suas práticas mudaram drasticamente, do que se discorda. O coronelismo como ideia principal pouco mudou: posicioná-lo tão somente no passado acaba por contribuir para a sua persistência. Foram os coronéis quem mudaram, seus rostos e currículos, entretanto, as relações de poder entre eles e os demais cidadãos continuam de forma muito semelhante, tendo sido dissimuladas apenas sob algumas novas roupagens, apenas para se adaptar às novas formas de fiscalização e demandas de urbanização, como se mostrará adiante.

1 ESTRUTURA CORONELÍSTICA NO SERTÃO NORDESTINO, UMA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL

Desenvolver a atividade científica exige, antes de tudo, uma delimitação do objeto a ser estudado, que, neste artigo, é a problemática da estrutura coronelística nas eleições municipais. Reservar-se-á, pois, aqui, um espaço para traçar certas balizas conceituais em torno de termos relevantes para o entendimento da relação de poder entre governantes e governados no cenário municipal interiorano, quais sejam, os conceitos de *coronelismo*, *clientelismo*, *paternalismo*, *filhotismo* e congêneres.

³ Alexandra Salles (2012), Francisco dos Santos (2007) e Mauro de Azevedo (2014) utilizam esta terminologia.

A expressão *coronelismo* remonta ao período monárquico da história do Brasil. O título de *coronel*, como argumenta Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 163-164), era um dos títulos dados aos membros da Guarda Nacional para defender a Constituição, auxiliar na manutenção da ordem, prevenindo as revoltas e para promover o policiamento regional e local.

Em se tratando de um país com proporções continentais, o governo central cada vez mais transferiu poder aos chefes/governantes locais, geralmente coronéis, donos de muitas terras, que proviam o sustento de todos os moradores. Bem recorda Flávio Reis (2007, p. 21) que “a letra da lei podia até ser centralista, como no Império, mas o que efetivamente contava era a posição do coronel local.”

Frente ao crescente poder local dos coronéis, o governo central teve que adotar uma política de convivência pacífica entre ambos, de maneira a continuar com o controle de todo o Estado nacional. A estratégia adotada foi a omissão do Poder Público em nível local (BURSZTYN, 2008, p. 39-40). A partir do esvaziamento dos governos locais de qualquer financiamento proveniente do governo central para sustentar a máquina pública, o chefe local era obrigado a recorrer ao central, que, em troca de verbas, pedia apoio político. Essa reciprocidade de favores manteve por muito tempo uma estrutura de poder coronelística, onde o coronel se firmou mediador entre os governantes estaduais ou federais e os munícipes. Nas palavras de Flávio Reis (2007, p. 210):

As características da atuação da oligarquia estão marcadas pela utilização sem freios do clientelismo e de toda espécie de barganhas envolvendo os chefes políticos municipais, o empresariado comercial e as próprias instâncias da administração do Estado. [...] A subordinação do município, como Nunes Leal já demonstrou, tornou-se desde cedo um dos esteios da política brasileira. Dependentes do Estado, com escassos recursos financeiros, muitas Câmaras continuaram a viver à sombra de chefias locais. Entretanto, eram chefes com pouca capacidade de agregação de interesses, cujo raio de ação limitava-se mais ao plano municipal.

Como meio de manter seu prestígio nos limites locais, o coronel deveria sempre reafirmar-se indispensável para a permanência do poder central no âmbito municipal. Por isso mesmo, as eleições municipais tornaram-se tão importantes para a persistência da estrutura coronelística, já que era nelas que o chefe local mostrava perante o chefe central a quantidade de votos de que dispunha, legitimadora de sua pujança. Nesse sentido, Victor Nunes Leal (1975, p. 49) afirma que era pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção local mais se credenciava às preferências da situação estadual, motivo pelo qual as eleições municipais constituíam pelepas tão aguerridas em nosso país.

A importância do coronel em nível local, desde que garantisse os votos necessários para os chefes políticos, serviu de muito bom grado para as grandes figuras governativas

dominarem as massas. É como entendem Marcos Vilaça e Roberto Cavalcanti de Albuquerque (1988, p. 37), ao observarem que, ao político das capitais que quisesse ser deputado, senador, governador, era muito atraente poder contar, quase que sem esforço, com os milhares de votos que lhe assegurava o coronel.

De qualquer forma, as negociações de votos, mesmo que feita somente entre os candidatos e alguns poucos chefes municipais, não constituía tarefa de todo simples. Os núcleos familiares de mando são, na linguagem de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), *parentelas*, ou seja, facções familiares⁴, dentro das quais aqueles que se destacam viram coronéis chefes. Apesar dessa união, dentro e fora da *parentela*, as relações, que se baseavam em laços afetivos e de interesses econômicos e políticos, podiam, não raras vezes, ser de rivalidade e competição, o que acarretava a ruptura das parentelas e a formação de novos grupos políticos opositores marcados pela ferocidade dos atritos. Esses grupos, então, passavam a disputar a conquista dos votos antes pertencentes a ambos unitariamente, como meio de exibir aos políticos externos qual parte da parentela possuía maior força política. Assim, um árduo encargo se impunha aos candidatos a governador, deputado ou senador: com o chefe de qual desses grupos é mais eficaz negociar? Obviamente, eram os resultados das eleições municipais que determinavam a resposta, contribuindo, ainda mais, para o acirramento desses pleitos (QUEIROZ, 1976, p. 186).

Passando a abordar, agora, o significado dos termos relacionados à relação entre os coronéis e seus subordinados, surge a noção de *assistencialismo*, uma das facetas do *paternalismo*, legitimadoras do poder desses chefes. Victor Nunes Leal (1975, p. 24) explica a gênese dessa situação de sujeição do sertanejo ao senhor de terras, registrando que:

[...] o roceiro vê sempre no “coronel” um homem rico, ainda que não o seja; rico, em comparação com sua pobreza sem remédio. Além do mais, no meio rural, é o proprietário de terra ou de gado quem tem meios de obter financiamentos. Para isso muito concorre seu prestígio político, pelas notórias ligações dos nossos bancos. É, pois, para o próprio “coronel” que o roceiro apela nos momentos de apertura, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições para outras necessidades.

Neste cenário específico desenhado por Nunes Leal (1975, p. 23-24), o termo “roceiro”, que será muito empregado ao longo do trabalho, designa principalmente a *massa humana* que

⁴ A politização da *parentela* se dá principalmente pelo caráter familiar que foi ganhando a organização política principalmente nos municípios de base rural no país. Segundo Costa Pinto (1949, p. 50), esse *familismo* ou *privatismo* se deu porque foi a família, na colônia, o núcleo onde se concentrou e o ponto para onde convergiu a vida econômica, social e política do Brasil, daí advindo traços que perduram vivos em nossa organização e caráter de sociedade e de povo. Para ele, isto é resultante da hipertrofia da sociedade de parentes que passou a deter uma variedade de funções sociais, cujas consequências limitadoras e atrofiantes fez o poder público sentir, mais especificamente a organização estatal, a ordem política que com a autoridade privada passa a competir.

tira sua subsistência das terras do coronel, e que vive “*no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono.*”

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 197) ainda acrescenta que um forasteiro não precisava de muito para se tornar coronel; bastava que chegasse com algum capital em uma localidade longínqua e ali montasse uma “venda”: por ter uma clientela natural de compradores, ele teria quase que todos os moradores do lugar nas suas mãos por favores simples como “vender fiado.” Essa situação originou o termo *clientelismo* como troca de favores entre os senhores (candidatos) e seus clientes (eleitores), e como distinção do *coronelismo* puro e simples, mais ligado à dominação bruta e simbólica pelas milícias arregimentadas sob a Guarda Nacional e proveniente de sua legitimação.

Avança Victor Nunes Leal (1975, p. 35) ao abordar o modo como o *clientelismo* chegou às disputas eleitorais. Segundo ele, eram os coronéis, fazendeiros e chefes locais que custeavam as despesas eleitorais. Como a maior parte do eleitorado morava no interior, momento em que o autor nos situa no alistamento eleitoral de 1945, portanto, primeira eleição pós-Estado Novo, que contou com o voto universal, 73% do eleitorado morava no “interior”, onde o elemento rural predominava sobre o urbano, lugar de pessoas paupérrimas. O roceiro não tinha interesse direto nem dinheiro para arcar com documentos, transporte, roupa e sapatos para comparecer às votações; por isso, o coronel se encarregava de tudo, fazendo o alistamento dos moradores, levando-os para a seção eleitoral, comprando roupas e sapatos para votarem etc.

Com o passar do tempo, essa prática se sofisticou e o eleitor “tomou gosto” pelo voto. Ao invés de prover apenas o básico para a votação, o coronel tinha agora de cumprir exigências variadas. O eleitor também entendeu o poder que seu voto daria ao chefe político e, por isso, passou a ver nesse ato um meio de garantir seu futuro: foi, então, que começou a pedir “*favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios*” (LEAL, 1975, p. 38).

Flávio Soares (2002, p. 63) distingue as “exigências” do comum da turba e os chefes ou cabecilhas, dentro do jogo da pedintaria, pois, enquanto estes procuravam cobrar quantias maiores e, como se estivessem ousando, arrancar promessas de empregos, aquela buscava contemplar apenas suas necessidades mais urgentes. Essa distinção se faz em uma fase mais avançada do coronelismo nos municípios, principalmente a partir das ondas de urbanização pós-década de 80. O grupo político com o tempo vai se destacando da oligarquia unicamente agrária de outrora, até o ponto do surgimento de um grupo de homens públicos (novos coronéis, doutores e demais políticos que conseguiram conservar a estrutura coronelística

acompanhando a modernização) e outro de cabos eleitorais e senhores poderosos que não se candidatavam, mas angariavam uma enorme quantidade de votos em troca de favores e cargos públicos: os *cabecilhas*.

Pela feição que tomou a evolução do coronelismo nos interiores dos estados, quem almejava entrar para a política tinha de conseguir o apoio destes *cabecilhas* (antigos coronéis defasados, comerciantes, fazendeiros, doutores, políticos aposentados e outras pessoas de importância social no município), os quais abriam seus *currais eleitorais* para votarem em quem mandassem. Nesse sentido, percebe-se o início de dois níveis de poder local, como se existissem duas estruturas de mando coronelístico coexistindo pacificamente, cada uma fazendo valer mais eficazmente as finalidades do outro. De um lado, um grupo quer continuar no comando municipal e precisa de votos para isso; do outro, cabos eleitorais dispostos a conseguir esses votos em troca de tratamento especial na Administração (SOARES, 2002, p. 63-65).

De outro modo, essa ambição dos *cabecilhas* por vantagens cada vez maiores ensinou os *comuns da turba* a avançarem em suas exigências, pois, no passado, estes últimos sequer sabiam o valor de seus votos e sua única compreensão era de estar ajudando o coronel que lhe acudia quando precisavam; votavam, pois, em consideração ao seu senhor, não por interesse próprio, como destaca João Francisco Lisboa (1864, p. 284):

Tempos houve em que os homens de cor, os pobres, os operários, os patuleias, enfim, acudiam as eleições tão possuídos de entusiasmo como de desinteresse, senão mais ilustrados; e lançado o voto nas urnas conforme as suas afeições ou ilusões, voltavam ao cabo de dois ou três dias, quando muito, aos seus trabalhos ordinários, sem imaginar que o simples exercício de um direito se pudesse converter em um ofício ou benefício rendoso, sem pensar por seu turno quão pesados e incômodos lhes viriam a ser para o diante estes voracíssimos auxiliares.

Se o voto do coronel era, inicialmente, como seu gado, mercadoria que ele exportava para os governadores, deputados e senadores, agora, era pessoa entendida do seu valor de troca e que vende o voto por favores que crescem exponencialmente, passando o voto de cabresto, então, a constituir voto-mercadoria, o qual proporciona roupa, pirão para o dia da eleição, emprego, cesta básica, remédio, gasolina, tijolo e, mais recentemente, dinheiro (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1988, p. 39-40). Todo esse aperfeiçoamento da “arte da pedintaria” é o espelho da situação encontrada nas eleições municipais atuais: vota melhor quem faz o melhor negócio.

Novamente, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 177-178) complementa expondo que o jogo dos interesses permite até mesmo infidelidades, o que leva o coronel a um comportamento clientelístico diplomático, tendo em vista que seus subordinados insatisfeitos

podem a qualquer momento migrar para outro coronel que lhes proporcionem benefícios maiores.

Relembrando os ensinamentos de Raymundo Faoro (1987, p. 17-18) sobre o *patrimonialismo* que se formou junto com as oligarquias imperiais, os herdeiros da Guarda Nacional, como apontado no início deste trabalho, impuseram nos municípios do interior uma *relação patrimonial* que colocou o coronel sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, em que aquele era literalmente o “dono” da cidade, a qual comandava da forma como bem entendesse, não definindo limites entre o público e o privado, e sem permitir resistência do sertanejo contra sua dominação.

O *paternalismo*, neste cenário, foi a válvula de funcionamento do esquema de legitimação dos coronéis, uma vez que se apresentou operativo na consolidação das relações de dependência e subordinação do sertanejo ao chefe, e porque rendeu votos na esfera política que permita aos coronéis impor suas vontades no mando local, assim como faziam desde o Brasil Colônia (BURSZTYN, 2008, p. 41).

Com a urbanização começando a chegar em alguns municípios do interior, outros se expandindo de tal forma que precisaram se desmembrar para a criação de novos, a partir dos anos cinquenta, o prestígio do coronel passa a depender de instrumentos de dominação caracteristicamente urbanos e, com muita habilidade, ele consegue utilizar esses novos ares urbanos, os quais estavam destinados a destruí-lo, em seu próprio favor (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1988, p. 17). O aperfeiçoamento da ação e o surgimento dos novos coronéis apenas reafirmaram a perspicácia desses agentes em fazer valer seus interesses.

2 PODER SIMBÓLICO DOS ELEMENTOS SENTIMENTAIS DO CORONELISMO

Neste tópico, buscar-se-á explicar como os elementos sentimentais do paternalismo do coronel contribuíram para a conservação por tanto tempo da relação de poder própria do coronelismo, história que se inicia no Brasil oitocentista como visto anteriormente, e para a perpetuação desse poder simbólico que instrui a troca de favores nas eleições municipais atuais.

Max Weber (2010, p. 61) atenta para o fato de que o poder é o fim último buscado por qualquer homem que se entrega à política, nem todas as vezes porque almeja o poder pelo poder, mas sempre “[...] *para gozar do sentimento de prestígio que só o poder confere.*” O Estado consiste, pois, segundo sua visão, em uma relação de dominação do homem pelo homem, instrumentalizada pela violência considerada como legítima, em um cenário em que

esta instituição somente pode existir sob a condição de que os homens dominados se submetam à autoridade dos dominadores. A política é, neste sentido, um instrumento de dominação.

De modo semelhante, Pierre Bourdieu (1989, p. 146) evidencia que essa luta pelo poder acontece também em um campo simbólico, pelo monopólio do que ele chama de *nomeação* – que seria a produção pelo senso comum da visão legítima do mundo social a partir de uma imposição oficial. Essa imposição torna-se mais fácil quando instituído da legitimidade estatal, que tem a seu favor toda a força do coletivo, uma vez operada por mandatário do Estado, detentor do monopólio da *violência simbólica* legítima.

Voltando às conceituações weberianas, são três os fundamentos que poderiam legitimar o poder de um indivíduo sobre o outro. Primeiro: a autoridade do *passado eterno*, que seria aquela provinda dos costumes e pelo hábito de respeitá-los, a qual já estaria enraizada no agir humano. Segundo: a autoridade baseada nos dons pessoais e extraordinários de um indivíduo, o que Weber definiu como carisma, devoção e confiança estritamente pessoais, depositados em alguém que se diferencia por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. E terceiro: a autoridade imposta pela lei, pela crença na validade de um estatuto legal e de uma competência legislativa, estruturada em regras racionalmente estabelecidas ou pactuadas (WEBER, 2010, p. 61).

Pierre Bourdieu (1989, p. 187-188) vai falar do *capital político* como espécie do *capital simbólico*, ou seja, da crença que os agentes conferem a uma pessoa, estando no chefe local, aqui em estudo, os poderes em que eles mesmos se investem. Essa relação de poder está, pois, implicada no *kred*, que, na relação em comento, pode ser observada na crença do roceiro na convicção que o coronel tem de si mesmo, que produz a confiança, a obediência. Em suas palavras, o autor escreve que o poder simbólico

é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe. (1989, p. 187-188).

Assim, para Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico é um poder invisível, cujo exercício só é possível em função da cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele estão sujeitos ou mesmo que o exercem. O poder simbólico é um poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de fazer transformar a visão do mundo das pessoas e a ação sobre o mundo; um poder quase mágico, que permitiria obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, seja física ou econômica, graças ao efeito

específico de mobilização, ou seja, ele é exercido se for ignorado como sendo arbitrário (BOURDIEU, 1989, p. 134).

Dessa forma, não há dúvidas de que existe uma relação entre o coronel e o *comum da turba* no plano simbólico, que se expressa no *paternalismo* ou *filhotismo*. Isto porque a família do roceiro, por vezes, precisava dos favores do coronel em suas necessidades, o que gerava um ciclo de amizade baseado na troca de favores, onde o político saberá a hora certa de reivindicar a gratidão devida, fazendo-o se sentir parte de um grupo político ao qual deve reconhecimento eterno. Essa gratidão, no dizer de Pierre Bourdieu (1989, p. 197), organiza uma *fidelidade intergeracional e intrageracional*, garantindo aos partidos uma *clientela* relativamente estável.

Max Weber (2010, p. 64), ao tratar de liderança, enxerga bem esta subordinação por obséquios e, além disso, observa que a estrutura de poder baseada neste princípio ocasiona uma dependência do coronel tão forte que nem se apercebe a prisão indestrutível formada. É o que escreve:

[...] O líder arca com as despesas administrativas lançando mão de seus próprios bens ou distribuindo proventos que seu patrimônio proporcione e cria um exército que depende exclusivamente de sua autoridade pessoal, já que é equipado e suprido por suas colheitas, armazéns e arsenais [...]. (2010, p. 64).

O poder carismático do chefe vai desbocar no sentimento de pertencimento a uma causa e na satisfação que o homem experimenta ao trabalhar por ela, como um devoto desta personalidade, que, segundo a ótica psicológica, assinala Max Weber (2010, p. 92), esse sentimento é uma das mais importantes forças motrizes com que pode contar o partido político. É a dedicação, por obrigação, aos interesses dos mandantes, fazendo esquecer até mesmo seus próprios interesse, a partir de uma relação aparente entre os representantes e os representados, o que Pierre Bourdieu (1989, p. 176) concebe como *causa determinante* (“grupos de pressão”, etc.) ou *causa final* (“causas” a defender, interesses a “servir”, etc.), que serviria apenas para dissimular a relação da concorrência entre os representantes e, ao mesmo tempo, a relação de harmonia⁵ pré-estabelecida entre os representantes e os representados.

João Francisco Lisboa (2004), no seu Jornal de Tímon, é quem vai situar estes vínculos de poder, como estes acima descritos entre o coronel e os seus apadrinhados, no ambiente político, mais especificamente, o cenário imperial maranhense. Ele se esforça para pintar no

⁵ Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (1987) desenvolve o conceito de *Philia*, uma das espécies de amor grego, e cita como exemplos desse amor tanto os amigos para toda a vida quanto os contatos políticos ou de negócio. Referida definição de amor político conversa muito bem com a de paixão como amizade; e essa é a relação inicial entre os sujeitos que aqui se propôs estudar, por mais que a complexidade dessa relação, que inclui a dominação pelo poder simbólico e a troca de favores, leve também à obrigatoriedade de analisar outros aspectos.

seu trabalho o retrato mais fiel possível dos costumes políticos da época, e como a vida e atividade dos partidos se encontra principalmente nas eleições. Mostra como o simples meio de aquisição de poder (as eleições) se transformou em princípio e fim de todos os atos da comunidade, retrato que passa obrigatoriamente pelo período eleitoral do município.

Apesar do romantismo presente na literatura aqui escolhida, recortar-se-á algumas dessas cenas pinceladas por João Francisco Lisboa (2004), demonstrações sentimentais da relação mencionada acima, pois reflete, de certo modo, a essência social do povo provinciano maranhense do Império, vez que descritas na visão de alguém que viveu intensamente a vida política de sua época.

Na primeira delas, imagina-se a figura amada do Sr. Anastácio Pedro, político da época, que procurava ao máximo parecer um *homem do povo*, sempre recebendo da população manifestações de afeto, elogios em reconhecimento de suas benfeitorias e apoio à sua candidatura de forma fiel, qualidade honrosa dos sertanejos. Como diz o autor:

O Sr. Anastácio Pedro corria toda a cidade a pé, a cavalo, ou em carro emprestado, a despedir-se de seus numerosos amigos, políticos e particulares, e de todos recebia as demonstrações menos equívocas do afeto que sempre lhes merecera, do seu vivo reconhecimento pelos benefícios liberalizados, e finalmente das saudades que ficavam a ralar-lhes os corações. E na efusão de todos estes suaves posto que dolorosos sentimentos, é bem de crer se trocassem muitas promessas e palavras consoladoras acerca da candidatura de S. Ex.^a, que nada menos deixava entrever certos pressentimentos pouco lisonjeiros à fidelidade política dos maranhenses, já na tenacidade com que insistia em semelhante assunto, já no ar de abatimento com que às vezes o tratava. (LISBOA, 2004, p. 97).

Outrossim, essa fidelidade era também demonstrada pelo munícipe ao seguir incondicionalmente seu chefe político, votando em quem ele mandasse e trocando de lado político quando este também trocasse. Vê-se isto nestas outras linhas que seguem:

[...] Nada aí tão comum como ouvir dizer: - Se não me comprem tal casa, se não fazem comigo tal contrato, se não me dão tal emprego ou patente, passo-me para o lado contrário. [...]. E um velho que pedia esmolas, e era não obstante, nesta boa terra, avaliador do conselho, que tanto monta como dizer juiz, perguntou-me um dia, depois de receber a costumada espórtula: - Em que partido estamos nós agora? [...]. (LISBOA, 2004, p. 163).

Por último, o historiador igualmente observa o medo do eleitor de não ter seu voto confiado, forma especial de demonstrar sua fidelidade frente ao coronel ao não querer nem sequer ser visto próximo de alguém do *credo* oposto. Da forma como ele coloca: “[...] uma simples conversa no meio da rua, um rápido aperto de mão, desafia para logo em quem os observa suspeitas aliás justificadas por exemplos tão numerosos como ilustres” (LISBOA, 2004, p. 163-164).

Desta última maneira, a figura do cacique político, como ensina Maria Núbia Pinto (1985, p. 2), adquire vulto e valor, no sentido de se tornar homem importante da comunidade, em torno de quem se desenvolve uma política clientelística, marcada pela discórdia generalizada. O coronel precisa sempre reafirmar que manda naquele lugar e, para isso, deve congrega o seu *peessoal* que lhe presta obediência e de quem se torna legítimo representante, por meio de recíproca cumplicidade. Ou seja, em troca dos favores ofertados, ele recebe apoio e cobra um comportamento subserviente, marcado por extrema passividade, de todos aqueles sob seu domínio e proteção.

Referida subserviência encontra eco na concentração do *capital político* nas mãos de um pequeno grupo que, referenciando novamente a teoria de Pierre Bourdieu (1989, p. 164), tanto menos provável será contrariá-lo, quanto mais despossados de *instrumentos materiais e culturais* necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes, sobretudo, o tempo livre e o capital cultural.

Talvez para alguns leitores seja um pouco difícil entender materialmente a solidez desta relação de poder, o que não é incomum. Explica-se. Via de regra, os grupos políticos dos municípios do interior brasileiro possuem nomes que identificam não apenas a família do coronel, mas todo o povo que a apoia, como uma espécie de grande *parentela*. Pertencer a estes grupos é muito mais que apenas votar no seu chefe, é também o apoiar moralmente. Nenhuma analogia melhor para entender essa situação que a utilizada por João Lisboa. O autor, ao explicar a briga entre os *bacuraus*, *cangambás*, *jaburus* e *muçocas*, no Maranhão, escreve que o verdadeiro sentimento de pertencimento a tais grupos circulava nas veias do eleitorado, ou seja, fazia parte da identidade cultural dos votantes, fazendo com que estes vivessem em prol do sucesso político do grupo (LISBOA, 1864, p. 229).

No campo eleitoral, a disputa entre as oligarquias se baseou na premissa de que tudo é permitido em nome da vitória, devendo vencer o grupo político com a melhor estratégia criminosa. Consoante Flávio Soares (2002, p. 66):

O sistema representativo não só abrange um universo restrito da população como não é livre mas dependente das disputas entre as facções partidárias. As eleições apontam para um sistema de relação entre o conjunto dos eleitores e o grupo dos eleitos caracterizado pela violência, corrupção, moralidade, falcatura e tudo quanto é tipo de crime e vício cujo foco originário são os partidos.

Nessa conjuntura, o político municipal é coronel esperançoso, persistente, e que sabe que “*a definitiva reabilitação virá com a vitória eleitoral, porque, em política, no seu critério, ‘só há uma vergonha: perder’*” (LEAL, 1975, p. 39). Toda a gastança será um dia ressarcida, por isso, continua tentando. Mesmo quando perde, seus esforços não são em vão. Os votos

conquistados, ainda que não a maioria, significam força política frente aos chefes estaduais, e é isso que na verdade está em jogo. Como diria Pierre Bourdieu (1989, p. 125), a luta é pelo poder de se apropriar de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma *identidade legítima*, ou seja, o reconhecimento oficial perante os demais, ou, ainda, livrar-se das vantagens negativas implicadas no fato de já se não estar sujeito a ser avaliado em função dos critérios mais desfavoráveis.

Via de regra, os municípios do interior são cidades pacatas e, por isso mesmo, fazer festas com o porte das da capital são promessas comuns em palanque. Durante o período eleitoral, a cidade fica agitada, em clima carnavalesco. Observa Flávio Soares (2002, p. 28-29) que

[a]s eleições constituem o principal acontecimento da vida política na província, lugar onde o fenômeno da política haveria ganho peso excepcional relativo a outros campos da vida, seja econômico, social ou outro qualquer. A política é um lugar de observação da província como um todo. Não, diga-se, a política em si, mas os “costumes” da política, terreno dos seus valores últimos, da luta eterna entre o bem e o mal.

João Francisco Lisboa (2004, p. 147) muito retrata estes acontecimentos animosos da vida municipal, como, por exemplo, ao contar que, no Maranhão oitocentista,

[a] eleição devia fazer-se no dia 12 de outubro, e desde o primeiro do mês pode se dizer que as reuniões eram diárias e permanentes de um e outro lado; a cidade tomou um aspecto aterrador; a atmosfera parecia abrasada, e a tempestade prestes a desfechar; travavam-se rixas a cada canto, ferviam as cacetadas, e as rixas para logo se transformavam em verdadeiros tumultos, que os chefes a muito custo conseguiam pacificar, se não é que algumas muito de propósito os excitavam. Nas classes superiores não se vinha às mãos com tanta facilidade, mas as disputas animadas, as palavras azedas e insultuosas, as brigas, rompimentos e inimizades se repetiam freqüentemente, e as cousas chegaram por fim a termos tais que metade da cidade não tirava o chapéu à outra metade. Esta prova significativa de ódio ou malcriação tornava-se ridícula em certos indivíduos sem importância que procuravam inculcá-la mostrando-se de fel e vinagre para com outros que nem para eles se dignavam olhar.

Retornando, Flávio Soares (2002, p. 29) ainda nos remete ao que ele chama de *paixões populares*, que estariam presentes num campo dialético singular de luta entre o bem e o mal, as eleições, palco de vícios e virtudes. Este embate, quando no campo partidário, ganha ares de partida de futebol, no qual a torcida pela vitória do candidato faz o eleitor brigar com “adversários”, trocar xingamentos, defender o político contra críticas; enfim, faz dele um *bacurau apaixonado*, para usar o nome do grupo político contemporâneo de João Lisboa (2004).

Quando da vitória, o grupo político vencedor faz questão de deixar claro para os adversários quem a partir daquele momento comandará a cidade como se sua fosse. Recorda

Flávio Soares (2002, p. 65) que “a *passeata [da vitória] em seguida [do anúncio dos eleitos] pelas ruas é um momento para, em meio à música, ao folguedo e aos foguetes, o exercício de ameaças e de violências contra os rivais.*”

Igualmente, Victor Nunes Leal (1975, p. 39) já havia observado que “a outra face do *filhotismo* é o *mandonismo*, que se manifesta na perseguição aos adversários: ‘para os amigos pão, para os inimigos pau’. As relações do chefe com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade”. Essa tirania com os que não votaram no candidato vencedor permanece durante todo o governo e, por isso, as eleições municipais do interior são encaradas como guerra, onde os vencedores ganharão pelo menos quatro anos de glória e triunfo, enquanto os vencidos viverão os quatro anos vindouros sofrendo todo tipo de perseguição política possível.

Outro motivo que faz da disputa pelo poder municipal um acontecimento tão acirrado se relaciona ao fato de que os cargos públicos são vistos pelos coronéis como negócio bastante rentável. Coronéis, políticos, burocratas e empresários amigos de quem está no poder passam a fazer parte da elite municipal, e serão os cabos eleitorais de luxo das eleições estaduais.

Cabe destacar, ainda, que “em final de governo, tudo pode acontecer. Traições e vilanias são corriqueiras e triviais para quem está se despedindo do poder” (BUZAR, 1989, p. 174). Essas traições de que fala o maranhense Benedito Buzar (1989) se referem aos “destratos” com quem apoiou tais políticos na época eleitoral. Como são os últimos momentos no governo e não se sabe quando e se se voltará novamente ao cargo, principalmente o prefeito não reeleito demite contratados, faz todo tipo de vilania com traidores (servidores municipais que votaram na oposição) e vira as costas até mesmo para sua *parentela*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realização da pesquisa, teve-se por problema como os elementos simbólicos da relação de poder entre os coronéis e seus subordinados se desenvolveram nas eleições municipais brasileiras em tempos mais recentes. Nessa linha, objetivou-se, de forma geral, analisar a forma como se constroem os elementos paternalísticos na relação coronel-roceiro, instrumentos de persistência do coronelismo nas eleições municipais do país e dos interiores sertanejos como um todo. Além deste objetivo, buscou-se, ainda, explicar como se opera o coronelismo nos municípios do interior dos estados brasileiros, discutindo o surgimento do *paternalismo* e do *assistencialismo*; e apresentar a noção de *poder simbólico* como o vínculo que liga diretamente os sujeitos das relações típicas do coronelismo

É indiscutível, nesse sentido, que o perfil do coronel teve que mudar para acompanhar as variáveis atuais. Logo,

[n]ão se apercebe [...] o velho chefe que o Estado, oficializando o poder, como que diferencia o seu exercício, despersonaliza-lhe as decisões. Que, mesmo prestigiado amigo de governadores, deputado ou com filhos deputados, prefeito várias vezes, vai dependendo mais e mais tanto de governos como do eleitorado para um exercício de mando que lhe pertencia originariamente. (VILAÇA; ALBUQUERQUE, 1988, p. 18).

Nestes termos, os novos coronéis perderam certa capacidade de obrigar pessoas a cumprirem suas vontades, pois a obediência do novo eleitor não é mais seu patrimônio certo como antes. Agora, ela é comprada, conquistada, e depende cada vez mais de um *coronelismo diplomático*, em que o coronel precisa agradar a todo momento com regalias.

Coronelismo diplomático porque atualmente se percebe uma dependência entre os sujeitos desta relação de poder quase que maior no sentido inverso ao da origem do coronelismo. Diga-se, o sujeito do interior do estado passou a entender melhor o valor do seu voto, situação que leva o comandante a realizar obras e, de certa forma, prestar contas do que faz com o dinheiro público à população, visando não desagradar seus apoiadores. Para isso, usa do seu prestígio externamente para inaugurar na comunidade, como forma de mostrar serviço.

No entendimento de Marcel Bursztyn (2008, p. 207-208), o governo central conseguiu controlar a força dos coronéis locais, tendo estes que se equilibrar entre duas demandas que surgem: uma partindo dos governantes, que precisam de votos para continuar no poder; outra partindo da população que anseia pela urbanização do interior. Neste cenário, teve que desenvolver seu *curral eleitoral* em um cenário urbano, promovendo a criação de novos líderes políticos, assim como aperfeiçoando os já existentes para que estes estoquem eleitores naquele, além, é claro, da manipulação dos gastos públicos para a criação de *clientes*.

Quanto aos dominados em sistemas de *forças simbólicas*, como aqui tratado, teoriza Pierre Bourdieu (1989, p. 124) que entram na luta isolados, não tendo outra escolha que não seja a aceitação, ainda que revoltada, desse *status quo*, passando então a lutar resignados para conseguirem “[...] a imagem de si o menos afastada possível da identidade legítima”, quer dizer, participarem da forma mais vantajosa possível desse sistema de poder.

O coronelismo, como muitos leitores perceberão, nas marcas dessa estrutura aqui elencadas, ganhou adereços modernos para que continuasse sobrevivendo em meio aos avanços sociais. Essa resistência do fenômeno, que tem seu ápice no cenário das eleições municipais, possui relação imediata com os problemas sociais e econômicos que são naturais

às cidades do interior, fazendo destes rincões do país lugar ideal para a persistência dos resquícios eleitorais coronelistas.

Justificado, enfim, todo o esforço argumentativo empreendido ao longo deste artigo para se fazer entender como se dá o vínculo simbólico entre os sujeitos da relação coronelística, mostrando o quanto este vínculo é poderoso, sendo o maior impeditivo para se vencer esse estágio sombrio da política interiorana.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Borbheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

AZEVEDO, Mauro Lopes de. Coronelismo e neocoronelismo, uma revisão. *Khóra: revista transdisciplinar*, Campo Grande, v. 1, n.1, 2014. Disponível em: <http://site.feuc.br/khóra/index.php/vol/article/view/28> . Acesso em: 25 maio 2019.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

BUZAR, Benedito. *Politiqueiros, politicalha, politiquice, politicagem, política do Maranhão*. São Luís: Sioge, 1989.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil*. Nota do Prof. Basílio de Magalhães e prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LISBOA, João Francisco. *Jornal de Tímon*. Brasília: Editora Alhambra Ltda., [1993].

_____. *Jornal de Tímon: eleições na antiguidade e partidos políticos no Maranhão*. Brasília: Editora Alhambra Ltda., [2004].

_____. *Obras de João Francisco Lisboa, natural do maranhão*. Notícia bibliográfica pelo Dr. Antonio Henriques Leal; editores e revisores: Luis Carlos Pereira de Castro e Dr. A. Henriques Leal. São Luís: [s.n], 1864. v. 1.

PINTO, Luís Antônio Aguiar da Costa. *Lutas de família no Brasil: introdução ao seu estudo*. São Paulo: Editora Nacional, 1949.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. *Do velho ao novo: política e educação no Maranhão*. São Luís: Edufma/Secret. Educ., 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/131983495/QUEIROZ-Maria-Isaura-O-Mandonismo-Local-na-Vida-Politica-Brasileira-e-Outros-Ensaio> . Acesso em: 1 nov. 2017.

REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n.]: 2007.

SALLES, Alexandra. *Do coronelismo ao neo-coronelismo: um estudo sobre a ascensão, a queda e o ressurgimento de Antônio Lorenzetti Filho*. 2012. 100 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88709> . Acesso em: 05 jul. 2019.

SANTOS, Francisco D. Alpendre dos. *Neo-coronelismo, enxada e urna eletrônica: ensaio histórico de cooptação patrimonialista do estado burocrata brasileiro e suas conseqüências concretas no processo democrático-material nacional contemporâneo*. 2007. 157 p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - UniFAE - Centro Universitário. Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=143218 . Acesso em: 04 jun. 2019.

SOARES, Flávio José Silva. *Barbárie e simulacro no Jornal de Timon de João Francisco Lisboa*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

VILAÇA, Marcos; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *Coronel, coronéis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói: EDUFF, 1988.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução: Jean Melville. 4. reimpr. da 2. ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2010. cap. 2.

Recebido em: 27/08/2019

Aceito em: 28/10/2019

